

EDITORIAL

Nos últimos anos foi desvelado à sociedade brasileira o quadro repugnante de como tratamos as pessoas privadas de liberdade.

No Estado do Rio Grande do Sul, que atualmente encarcera quase trinta mil pessoas, escancarou-se na imprensa e na rede mundial de computadores, imagem por imagem, para quem quiser ver, os recônditos do “campo de concentração do Partenon”, ou da “masmorra do século 21”, assim designado o Presídio Central de Porto Alegre. O estado gaúcho, que no passado lutava por liberdade, igualdade e humanidade, palavras ainda registradas em sua bandeira, revela-se, hoje, um contumaz violador dos direitos humanos da pessoa presa.

Com deficit de mais de sete mil vagas, o sistema prisional do Estado padece de inúmeras mazelas, ineficiências e descasos de toda ordem que impedem a prevenção de crimes e a reabilitação dos condenados, replicando violência e infligindo forte tensão na segurança pública gaúcha.

Na tentativa de acompanhar a velocidade dessas violações, que se reproduzem em igual escala em todo o país, também nos últimos anos a execução penal brasileira passou por ajustes importantes, carecendo a literatura especializada de uma visão moderna e humanizada desses temas jurídicos e socialmente relevantes.

Daí a ideia gestada, na extinta Coordenadoria das Casas Prisionais, encampada pelo Núcleo de Defesa em Execução Penal (Nudep), no sentido de lançar uma edição da REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA só com temas relacionados à execução penal. O leitor receberá na publicação apresentada, os retratos dessas mazelas, a rediscussão de alguns institutos desse ramo de direito (como a remição, o indulto, o trabalho prisional e a data-base) e novas perspectivas para o sistema prisional (como o monitoramento eletrônico, o método APAC, e o impacto do projeto do novo Código Penal). Finalmente, possibilita reflexões sobre a atuação da Defensoria Pública diante das recentes modificações legislativas, agora como órgão da execução penal garantidor dos direitos humanos. Não por outra razão, o lançamento dessa edição especial ocorre na data do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Enfim, momento mais oportuno não haveria para o lançamento desta publicação destinada a todos interessados no aperfeiçoamento do sistema prisional e, especialmente, aos Defensores Públicos, visando uma atuação integrada e harmônica, disseminando teses jurídicas e estimulando a qualificação institucional.

Porto Alegre, 10 de dezembro de 2013.

MIGUEL SEADI JR.

Defensor Público

Coordenador da Revista da Defensoria Pública da DPE/RS

IRVAN ANTUNES VIEIRA FILHO,

Defensor Público

Dirigente do Núcleo de Defesa em Execução Penal da DPE/RS

ALESSANDRA QUINES CRUZ

Defensora Pública

Dirigente do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da DPE/RS